

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Movimento de âmbito nacional organizado no Rio de Janeiro em 1922 com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira. Foi extinto em 1937.

Fruto direto do intenso movimento pró-sufrágio feminino, desencadeado internacionalmente a partir do final do século XIX, e também de toda uma contestação à ordem política e institucional da Primeira República, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) teve sua atuação marcada basicamente pela luta em prol do voto da mulher no Brasil. Tendo como principal articuladora Berta Lutz, a FBPF definia em seus estatutos suas principais reivindicações: além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino.

Embora os estatutos da federação expressassem uma preocupação com a mulher trabalhadora, o movimento era integrado quase que exclusivamente por mulheres da alta classe média. Um dos fatores que impediram a maior participação de mulheres operárias foi o acentuado centralismo de sua estrutura organizacional: além de nomear as vice-presidentes, a diretoria — única com direito a voto — elegia a presidente da organização por um período de dois anos. Na prática, a federação era dirigida por Berta Lutz.

Em seus primeiros anos de existência, a FBPF mostrou-se bastante ativa no encaminhamento do movimento sufragista, organizando, ainda em 18 de novembro de

1922, a I Conferência pelo Progresso Feminino. O objetivo da reunião era discutir o voto e as condições de trabalho da mulher. A mesa diretora do encontro era integrada pela diretoria da federação e por três políticos favoráveis ao voto feminino: o vice-presidente da República, Estácio Coimbra, e os senadores Lopes Gonçalves e Lauro Müller. A discussão sobre o voto feminino teve ampla repercussão na imprensa e em algumas entidades, como o Instituto dos Advogados Brasileiros, que chegou a aprovar uma moção favorável à causa. A partir desse congresso, a campanha sufragista ganhou força na sociedade, não conseguindo, porém, constituir um grupo de pressão sobre o Legislativo, em sua maioria contrário ao voto da mulher.

A primeira vitória da campanha sufragista movida pela FBPF ocorreu em 1927, quando o governo do estado do Rio Grande do Norte fez inserir um artigo na Constituição estadual suprimindo as barreiras ao voto feminino. A despeito dessa medida, os votos das mulheres foram considerados nulos pelo Tribunal Eleitoral do estado. Em lugar de arrefecer a campanha, esse episódio fortaleceu-a. Em todo o país, várias mulheres entraram com pedido de alistamento eleitoral

No final da década de 1920, a FBPF reunia várias associações profissionais de mulheres e possuía núcleos em vários estados. Entre estes, destacavam-se os da Bahia (dirigido por Maria Luísa Bittencourt), de Minas (Elvira Kommel), de Pernambuco (Nícia Sá Pereira), de Sergipe (Maria Rita) e de Alagoas (Lili Lages).

A primeira e única cisão da história do movimento ocorreu em 1930. O engajamento de uma de suas diretoras, Natércia Silveira, na campanha da Aliança Liberal determinou uma tomada de posição da federação, que se definiu como entidade apolítica. Natércia Silveira, excluída da FBPF, fundou em 1931 a Aliança Nacional de Mulheres.

Em julho de 1931, a federação promoveu seu segundo congresso, durante o qual se tratou principalmente de questões trabalhistas: férias, equiparação de salários etc. A comissão organizadora do encontro era composta por Sílvia de Melo Macedo, Anne Borges Ferreira e Alice Pinheiro Coimbra.

A conquista definitiva do direito da mulher ao voto, reconhecido pelo Código Eleitoral de 1932, marcou o início do gradual esvaziamento da federação. Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o movimento foi formalmente extinto.

FONTES: ALVES, B. *Em busca*; ARQ. OSVALDO ARANHA; *Correio da Manhã* (15/4/1931, 1/1/1933); *Diário Oficial PE* (14/2/1933); LUTZ, B. 13.

PARTIDO REPUBLICANO FEMININO

Partido político fundado no Rio de Janeiro em dezembro de 1910 com o objetivo de representar e integrar as mulheres na sociedade política. Foi presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro (c.1860 – 1935).

ORIGENS E ATUAÇÃO

A República havia sido proclamada no Brasil em 1889, e no início do século XX a cidadania feminina continuava incompleta. As mulheres ainda lutavam pelo direito à educação e ao voto, por plenos direitos políticos e pelo direito e o acesso ao trabalho. A privação de direitos políticos das mulheres era eventualmente comentada na imprensa, e havia um debate público sobre o assunto. A controvérsia em torno do direito de voto se arrastava desde a década de 1880, mas, já entrando nos anos 1910, as discussões sobre o tema se encontravam em um estágio de apatia, a despeito dos avanços observados na sociedade brasileira. Experimentava-se o crescimento da indústria e da urbanização, e algumas mudanças de costumes expressivas também eram sentidas, fruto da elevação da educação de homens e mulheres, da expansão da imprensa e dos cinemas. Essas mudanças geraram novas demandas sociais, sobretudo das mulheres. Nesse contexto, no ano de 1910, explodiu a ousadia feminina com o registro de uma sociedade civil exclusivamente de mulheres: o Partido Feminino Republicano.

No mês de dezembro de 1910 reuniram-se assim na cidade do Rio de Janeiro professoras, escritoras e donas de casa, somando ao todo 27 mulheres, que concordaram em assinar a ata de fundação de um partido político que tinha como objetivo integrá-las na sociedade política. O grupo buscava representar as mulheres brasileiras na capital federal e em todos os estados do Brasil, promovendo a cooperação entre elas na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania. Assim, o programa do partido destacava a luta pelo sufrágio feminino como primeiro passo para a plena incorporação das mulheres ao mundo público.

Esse processo foi liderado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro, eleita presidenta da agremiação. A educadora Leolinda era conhecida por sua luta em defesa dos índios e dos direitos da mulher, e era interlocutora de um prócer republicano como Quintino Bocaiúva e da mulher do presidente da República Hermes da Fonseca, Orsina da Fonseca (1858-1912). Orsina, por sua vez, era favorável ao feminismo, embora não tenha assinado a ata de fundação do partido. A primeira secretária do partido era uma mulher igualmente conhecida nos meios intelectuais da capital federal, a poetisa Gilka Machado

(1893-1980), que assombrava a todos com sua poesia erótica e de denúncia da opressão feminina.

O texto dos estatutos do partido, conforme foi publicado no *Diário Oficial* de 17 de dezembro de 1910, está transcrito abaixo:

“Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:

§1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exalçando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

§8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo, cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões etc.

Art. 2º O Partido Republicano Feminino é uma instituição social de progresso individual, comum e geral; durará por espaço ilimitado no tempo; será constituído de número ilimitado de pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brasil, sem distinção de nacionalidade nem de religião, e terá sua sede na capital do Brasil. (...)

Art. 11 Os destinos do partido ficarão entregues a um grande conselho deliberativo composto da comissão administrativa, das diretorias das diversas seções e instituições fundadas pelo partido e das comissões especiais. (...)

Art. 17. A comissão administrativa, que é a única competente para executar as deliberações do conselho deliberativo, nos limites das suas atribuições, será

composta de presidente, três vice-presidentes, três secretárias, duas tesoureiras, uma bibliotecária, uma arquivista, três procuradoras e uma zeladora. (...)

Art. 19 A orientação suprema político-social e a ação geral do partido ficarão entregues a uma chefe suprema, que é a própria presidente do conselho e da comissão administrativa auxiliada por uma secretaria geral e uma procuradoria geral.

§1º À presidente cumpre representar o partido em juízo ou fora dele e, em geral, em suas relações para com terceiros. (...)

Art. 24 O patrimônio do partido será ilimitado e representado por apólices ou títulos representativos de valor, móveis, biblioteca, distintivos, jóias, mensalidades e propriedades diversas que venha a possuir. (...)

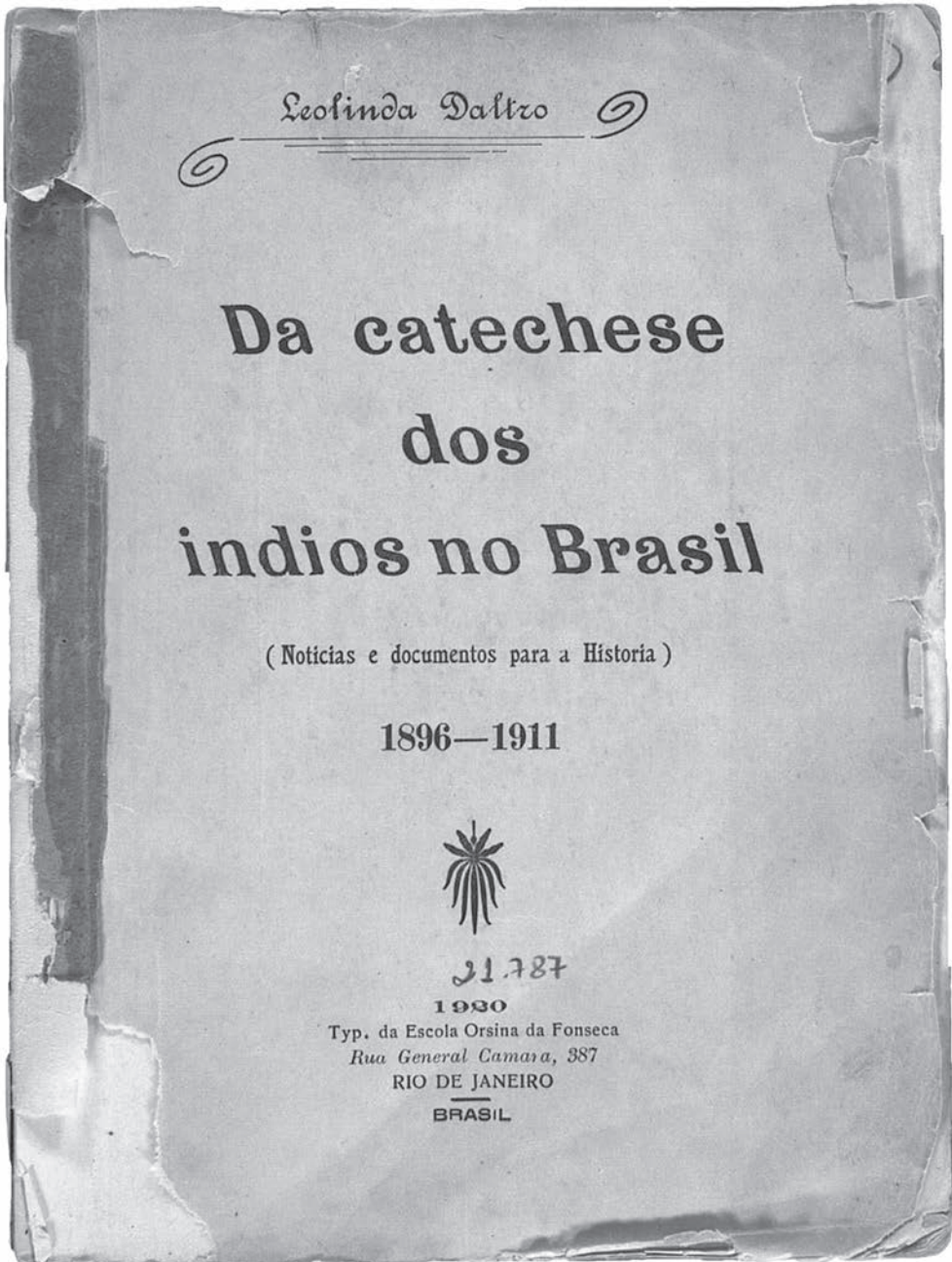
Art. 28 As sócias do Partido Republicano Feminino não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações que a administração contrair, expressa ou intencionalmente, em nome dele.”

O mesmo *Diário Oficial* indicava os nomes das componentes da primeira diretoria provisória do partido: presidente, Leolinda de Figueiredo Daltro; primeira vice-presidente, Maria Carlota Vaz de Albuquerque; segunda vice-presidente, Emília Torterolli Araldo; primeira-secretária, Hermelinda Fonseca da Cunha e Silva; segunda-secretária, Gilka da Costa Machado; tesoureira, Goldemira Moreira dos Anjos; arquivista, Áurea Daltro; procuradora, Alice Esperança Arnosa; zeladora, Vitalina Faria Sena. Finalmente, vinham as componentes da assembleia: além da diretoria, Ida Auta Marques Soares, Josefina Teixeira, Leonor Nunes de Simas, Maria Antonieta de Oliveira Fontes, Justina Celeste Brasil, Odile Bittencourt, Aristeia Cardoso, Olga Cardoso, Maria de Sousa, Hermogênea de Carvalho, Antonieta Faria Sena, Laura Esperança Arnoso, Maria Rodrigues de Oliveira, Henriqueta Marques, Amália Mallet, Francisca Mallet, Eudóxia dos Santos Rebelo, Emília Augusta Braga de Almeida.

No dia 18 de agosto de 1911, o partido recebeu o registro oficial, depositado no 1º Ofício de Títulos e Documentos do Distrito Federal. Entre a fundação e o registro, a composição da diretoria não sofreu qualquer alteração. Assim, tendo a professora Daltro sempre à frente do partido, encontram-se referências a movimentações políticas realizadas pelo grupo de mulheres pertencentes ao partido, mesmo após oito anos de fundação da entidade. Em novembro de 1917, o partido promoveu uma marcha pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 90 mulheres, fato que atraiu a atenção da imprensa com destaque.

Hildete Pereira de Melo/Teresa Cristina de Novaes Marques

FONTES: Arquivo Nacional, fundo FBPF; *Diário Oficial*, (17/12/1910); MELO, H.; MARQUES, T. *Partido*; Registros de Sociedades Cívis, 1º Ofício de Títulos e Documentos, 18/8/1911.



Votem, para a Constituinte em LEOLINDA DE FIGUIEREDO DALTRO



Professora catedrática municipal jubilada, Directora da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca. Foi a mulher brasileira que iniciou a campanha pelo direito de voto, ha cerca de 18 annos. E' a grande e destemida batalhadora de todas as causas nacionaes! Ninguem melhor que ella, poderá representar a Mulher Brasileira na Constituinte.

A sua campanha feminista precedeu á de todas as senhoras que se apresentam como leaders do feminismo.

Foi quem levantou, de longa data, no Brasil, a idéa do direito politico da Mulher.

SENHORA LEOLINDA DALTRO ENTRE OS SEUS EDUCANDOS



De pé: Siminacru, Djalma Uacumupté, Kuroki Porpiró e Uaquezanem. Sentados: Uaquedy e Pracé, todos cherentes. Ao centro — Leolinda Daltro.

Para Deputados

Majors D. Alexandro José Barboza Lima
Majors D. Alexandro José Barboza Lima
Teniente Coronel D. José de Sigüenza Hochas
D. José Candido de Albuquerque Mello Batis

O Eleitor
Djalma Alcunimante -
30-1-906

Alum
Deputado
Antônio Duarte Moreira
Yatim J. du Froi

T-101-G-94

(Parte 1^a)

Inicio do Feminismo

NO

BRAZIL

— Subsídios para a Historia —

POR

Leolinda Daltro

Professora publica jubilada, fundadora e directora da Escola de Sciencias Artes e Profissões Orsina da Fonseca

Rua General Camara 387

— 1918 —

PROYECTOS DESARROLLADOS Y EN EJECUCIÓN POR LOS GRUPOS DE INVESTIGACIÓN HISULA – ILAC

RESUMENES EJECUTIVOS

Avalados por la Dirección de Investigaciones de la UPTC – 2015

TÍTULO DEL PROYECTO

LA FORMACIÓN DE LAS MAESTRAS RURALES EN COLOMBIA Y BRASIL: PERSPECTIVAS DE ESTUDIOS COMPARADOS EN EDUCACIÓN. SGI 1730. Investigadora principal y Directora del Proyecto Diana Elvira Soto Arango, Co-investigadora Claudia Figueroa, en alianza con la Universidad Ouro Preto. Dr. Jose Rubens Lima Jardimino

La investigación analizará la función que ha cumplido las universidades en la formación de las maestras rurales en Colombia y Brasil. Una base metodológica para el desarrollo de este estudio es la historia de las ideas, los estudios culturales y desde la historia social, la educación comparada; que nos permitirá comprender el papel de actores, instituciones y colectivos sociales; quienes a través de sus prácticas, escritos y acciones han incidido en el quehacer educativo y en general en la transformación cultural para la realización de un proyecto de nación en los diferentes períodos, para responder a los cambios en los contextos sociopolítico-culturales.

Palabras claves: Universidad, capacitación magisterio rural, educadores, cultura política, reformas educativas, legislación educativa, Facultades.

PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA

En el estudio, el hilo conductor se dará a través del análisis de los grupos de educadoras que han impactado en el pensamiento que hizo avanzar en cada época las prácticas educativas y la relación de estas en su capacitación con la universidad. Lo relevante del estudio se concentra en evaluar si la universidad ha desarrollado estrategias para capacitar a las docentes que se vinculan al medio rural y si por medio de ellas se ha llegado a impactar a los cambios socio-culturales-políticos.

Por otra parte, es importante reconocer la historia de estos grupos de maestras rurales para entender la educación en los diferentes períodos históricos como

base para la construcción de una sociedad más justa y humana que, en algunos espacios no ha podido adaptar modelos educativos capaces de cumplir con las perspectivas de algunas sociedades en el momento de la Historia.

El Balance que se vislumbra en la investigación va desde la identificación de las educadoras y el identificar aquellas líderes que realizaron una labor en un municipio o región dejando cambios sustanciales con su práctica educativa y la relación de las mismas con la universidad de su región.

En el marco del planteamiento del problema de investigación, nos preguntamos sobre ¿Cuál ha sido el impacto ejercido por las universidades, desde la formación de educadoras en las diversas dimensiones de la enseñanza y en la transformación cultural-educativa de la ruralidad en Colombia y Brasil, para los sectores vulnerables, en el desarrollo y los cambios formativos de los ciudadanos del sector rural?. Además, se pregunta, ¿si la universidad desde las facultades, que forman educadores y educadoras, se ha propuesto, investigar, innovar y formar la generación de educadoras que liderarán los cambios culturales y educativos de la sociedad cambiante del siglo XX?

El trabajo de investigación que se pretende realizar rescatará de los archivos, documentos inéditos que permitirán analizar a través de grupos de educadoras las bases socio-políticas de reformas y transformaciones educativas que se dieron con el apoyo de las universidades regionales en cada uno de los países de nuestro estudio

TÍTULO DEL PROYECTO

MAESTRAS AFRICANAS Y AFRODESCENDIENTES EN COLOMBIA, BRASIL, GUATEMALA, VENEZUELA Y GUINEA ECUATORIAL SIGLO XX A XXI. SGI 1732. Investigadora principal y Directora del Proyecto Diana Elvira Soto Arango, en alianza por medio de protocolos específicos de actividades con grupos de investigación en: Colombia, Brasil, España, Guatemala, Jamaica, Venezuela y Guinea Ecuatorial.

El presente proyecto de investigación pretende fomentar los espacios de reflexión en torno al papel de las maestras afrodescendientes y africanas en sus respectivos contextos educativos a partir del análisis de sus historias de vida, con el fin de determinar la incidencia de su raza y género en el desarrollo de la práctica educativa e impacto social, cultural, educativo y político en el cambio de mentalidades respecto a valores de tolerancia en Colombia, Guatemala, Venezuela y Guinea Ecuatorial en los siglos XX y XXI.

En este contexto es preciso analizar a través de las historias de vida de las maestras africanas, del estudio, los diferentes mecanismos de vinculación para el ingreso al desempeño docente y en el ejercicio del mismo estudiar las estrategias

pedagógicas en la enseñanza; el impacto social, político, educativo y cultural que ellas ejercieron en las comunidades locales y regionales, como actores sociales en unos espacios de poder local y nacional, en contextos vulnerables y de exclusión socio-educativa, que ejercen una función docente con impacto socio-cultural

Palabras clave: Maestras africanas y afrodescendientes, formación de maestras, raza, impacto social, desempeño docente.

PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA

El presente proyecto pretende investigar la historia y prospectiva de las del ejercicio docente, a través de historias de vida, de maestras africanas y afro descendientes que se desempeñaron en los países de Colombia, Guatemala, Venezuela y Guinea Ecuatorial en el siglo XX y XXI, con énfasis en los estudios comparados con el objeto de resaltar y visibilizar su papel social, educativo y político, en la comunidad donde se desempeñaron y su incidencia en el entorno local y regional. Igualmente, este trabajo busca establecer en qué medida las tradiciones culturales se mantienen vigentes en sus prácticas educativas, constituyéndose así este aspecto en un elemento fundamental para el análisis de la tarea del docente en cada uno de los lugares del estudio

La pregunta desde la cual abordamos la historia de vida de las maestras africanas y afro descendientes se centra en: ¿Incide la raza y el género de las maestras, con su historia de vida, en el desarrollo de la práctica educativa e impacto social, cultural, educativo y político en el cambio de mentalidades respecto a valores de tolerancia en Colombia, Guatemala, Venezuela y Guinea Ecuatorial en los siglos XX y XXI?

TITULO DEL PROYECTO

LA INTERNACIONALIZACIÓN Y EL BILINGÜISMO. CONDICIÓN TRANSVERSAL DE CALIDAD EN EL DOCTORADO CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN. RUDECOLOMBIA. SGI 1801. Investigadora principal y Directora del Proyecto Diana Elvira Soto Arango, en alianza con el grupo de investigación HUME de la Universidad Pablo de Olvide - España.

El proyecto de investigación “La internacionalización y el bilingüismo. Condición transversal de calidad en el doctorado ciencias de la educación. “RUDECOLOMBIA”, se plantea la pregunta de ¿Cómo se han articulado, diferenciado, expresado y conectado la internacionalización y el bilingüismo en lo académico-investigativo-administrativo en el programa de Doctorado Ciencias

de la Educación de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia y su relación en comparación con algunas de las instituciones participantes de RUDECOLOMBIA y qué impacto y transformación ha presentado y cuál es la prospectiva al 2016, 2025 y 2034? Pero además, se pregunta por el modelo pedagógico del programa desde la sociedad del conocimiento y sustentado en la auto-evaluación buscando las estrategias para impactar en la internacionalización del currículo. La periodización se enmarca desde 1996 (creación de la red) a 2016 (20 años de la RED). En prospectiva se analizará dentro de las políticas públicas 2025 (políticas de la OCE y del bilingüismo) y 2034 políticas “Acuerdo por lo superior 2034” que se incluye la internacionalización.

El método se establece desde la interdisciplinariedad tomando como eje conceptual el pensamiento complejo para analizar el hecho educativo en su historia y prospectiva desde la historia social de la educación correlacionado con la investigación cualitativa que detecta las prácticas comunes y específicas de los actores sociales (estudiantes, profesores, administrativos del programa doctoral) en los espacios institucionales de la UPTC y RUDECOLOMBIA, bajo la política pública nacional y lineamientos de organismos supranacionales. Igualmente, la correlación de internacionalización-bilingüismo se analiza desde la antropología simbólica que entrelaza la historia social-cultural de la educación, los imaginarios y validando lo cotidiano de la institución (en lo heterogéneo) con las políticas nacionales e internacionales de carácter global que configuran adaptacionismos que evidencian puntos críticos, fortalezas y necesidades producto de las diferentes expresiones de interculturalidad en las instituciones de RUDECOLOMBIA que estructuran políticas e imaginarios en la internacionalización del currículo y el bilingüismo (sOlo nos referimos al inglés académico en las universidades).

La metodología se sustenta en la prosopografía y en la educación comparada. La primera implica el reconocimiento de los grupos focales de estudiantes, profesores y administrativos del programa en su relación con la institución y la red. La segunda, nos establece los indicadores de análisis indicando los procedimientos, clasificación y organización de la información en: primero, una periodización del programa doctoral (acercamiento histórico; con las políticas públicas y legislación); Segundo, la auto-evaluación con las prácticas de internacionalización en RUDECOLOMBIA si estos proyectos fueron viables, los medios y mecanismos acertados en el desarrollo de la propuesta, o por el contrario fueron truncadas por factores internos o externos a la institución y a la red. Tercero, el modelo pedagógico del programa en el contexto de la internacionalización del currículo con el bilingüismo desde las tendencias de la institución dentro de la “sociedad del conocimiento” que “articula nuevos procesos sociales, que involucran espacios físicos, mentales, de comunicación y nuevos actores”. Cuarto, el programa doctoral en educación en la universidad

en el siglo XXI desde la internacionalización y el bilingüismo. Las estrategias metodológicas se sustentarán en: Archivos, Legislación (Leyes, Resoluciones, Acuerdos), Actas, Circulares, Boletines, prensa, entre otros.

Palabras clave: Doctorado Educación, Internacionalización, Bilingüismo, Auto-evaluación

PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA

Esta investigación se enmarca en el proceso de auto-evaluación del programa Doctorado Ciencias de la Educación del CADE de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia y se incluye dentro de la línea de investigación de políticas públicas y reformas universitarias de Grupo de Investigación "Historia y Prospectiva de la Universidad Latinoamericana". HISULA.

Con esta línea de pensamiento surge la siguiente pregunta: ¿Cómo se han articulado, diferenciado, expresado y conectado la internacionalización y el bilingüismo en lo académico-investigativo-administrativo en el programa de Doctorado Ciencias de la Educación de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia y su relación con las instituciones participantes de RUDECOLOMBIA y qué impacto y transformación ha presentado y cuál es la prospectiva al 2016, 2025 y 2034?

De esta manera nuestras preguntas particulares las indicamos desde las hipótesis del trabajo:

En primera instancia consideramos que las políticas públicas, lineamientos, legislación referentes a la internacionalización y el bilingüismo de las IES no han permeado la internacionalización del currículo del Doctorado Ciencias de la Educación, por lo tanto nos preguntamos si ¿Han incidido en las reformas de postgrados de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia las políticas públicas, lineamientos, legislación referentes a la internacionalización y el bilingüismo de las IES en el Doctorado Ciencias de la Educación?

Segundo aspecto que nos planteamos es que las prácticas de internacionalización desarrolladas por los grupos de investigación han permitido la internacionalización del programa, por lo tanto, nos preguntamos si ¿Las prácticas de internacionalización del programa han permitido la internacionalización del currículo y han impactado la institución en los otros niveles de formación?

Tercero, consideramos que las buenas prácticas de internacionalización del programa como Red no se han sistematizado y se han perdido en la actualidad, por ende preguntamos si ¿El programa ha sistematizado e identificado los puntos críticos y las buenas prácticas internacionales y si ha diseñado nuevas estrategias para la internacionalización del currículo?

Cuarto, indicamos que las políticas públicas, lineamientos, reformas y estrategias de la comunicación bilingüe no ha permeado el currículo del Doctorado Ciencias de la Educación. En este sentido preguntamos si ¿Han incidido los lineamientos, política pública y reformas en las estrategias de la comunicación bilingüe del programa de Doctorado Ciencias de la Educación de RUDECOLOMBIA?